



ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS Nº 05/2026

Data e hora:

21 de maio de 2026, 9 horas.

Local:

Sala de reunião do IMPAS, Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 306, bairro Boa Esperança, Santa Luzia, MG.

Presentes:***Presidente do RPPS:***

Helenice de Freitas

Membros do Comitê de Investimentos:

Rosana Lima Siqueira

Membros do Conselho Fiscal:

Júlio Cássio Silva Abreu

Membros do Conselho Municipal:

Adriana Silva Caldeira

Demais participantes:

Representantes do Banco Itaú: Mauro e Júlio (Asset)

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de maio do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 9h, reuniram-se representantes do Comitê de Investimentos, Conselho Municipal de Previdência do IMPAS e Conselho Fiscal para reunião extraordinária. A reunião iniciou com a apresentação dos visitantes do Banco Itaú, a Asset de São Paulo e o gerente



regional Mauro Lúcio que fizeram uma breve explanação sobre o Cenário Econômico nacional e internacional com desta que para a atividade econômica e inflação. Os representantes do banco dissertaram sobre os produtos de investimentos que foram readequados para atender às necessidades dos RPPS, a partir da Res. 5272 de 2025, que veio regular os investimentos nível nacional. Mauro salientou a preocupação do Banco Itaú em colaborar na formação dos envolvidos nos RPPS com formação para aquisição da certificação dos representantes de de RPPS. O Banco Itaú se disponibilizou para apresentar a grade de investimentos para o IMPAS, quando se fizer necessário. Os representantes do Banco foram dispensados e a reunião continuou com os assuntos pautados. Helenice informou sobre a conclusão do Processo Administrativo nº da Empresa Mensurar Assessoria e Consultoria, uma vez que a regularidade de entrega de CND fiscais não foram encaminhadas ao Instituto na conclusão mensal da prestação de serviço. O Contrato de prestação de serviços pela Empresa Mensurar está rescindido nos termos do Processo Administrativo Nº ---, uma vez que que não houve a resolução para as questões fiscais da Empresa. Continuando a pauta sobre os investimentos, os presentes discutiram a posição dos mesmos mantendo a disposição dos ativos na mesma posição sem nenhuma alteração, mesmo porquê a presente reunião não apresenta caráter deliberativo, uma vez que a representação do membros do Comitê é de 50% de seus membros, faltando nessa data Sônia e Eurípedes que justificaram as ausências na reunião de hoje. Os Membros do Comitê, presidente do Conselho Júlio Cássio, e presidente do CMP, Adriana Caldeira que se fazem presentes, discutiram sobre o empréstimo consignado para o IMPAS, resgatando a apresentação feita pela FAC e apresentação feita no 25º Seminário da Amiprem, onde foram apresentadas uma formatação de Processo Administrativo de Consignado diferente do ora apresentado até então. No Congresso foi apresentado que junto ao processo de consignado fosse feito outro processo de acompanhamento e auditoria do consignado. Sabendo-se que até o presente mês a ideia de contratar o consignado não estava atrelada a custos deixou o grupo em alerta. O processo do consignado não apresenta custos ao RPPS, se contrata-se uma empresa a parte, para acompanhar os processos, isso vira custo. Conclui-se que esse assunto deve ser debatido nas demais instâncias dos Conselhos. Helenice,



comunicou que o TCE/MG, concluiu a auditoria de repasses previdenciários relativos a janeiro de 2023 a maio de 2025 e que os dirigentes máximos do RPPS: Prefeito Pastor Luiz Sérgio e Paulo Paulino, os presidentes da Câmara Municipal da gestão anterior Waguinho e da gestão atual Glayson Jhonny e a presidente do IMPAS, foram convidados, se assim desejarem, a se manifestar sobre as ocorrências apresentadas no Relatório da Auditoria no período de 2023 a 2025, em relação aos não repasses previdenciários de dezembro de 2024, pelo Prefeito Pastor Sérgio das folhas de pagamento normal e 13º salário e da atualização da tabela da Lei do aporte de 2022, que há necessidade de alteração no modo de correção. Lembramos que os repasse foram atualizados no que diz respeito à contribuição funcional e parcelamento de 2015, permanecendo em débito até o presente momento, a parcela da Prefeitura do aporte referente a dezembro de 2024 e os repasses da contribuição patronal. No relatório atuarial foram apontadas a necessidade atualização da legislação de aporte no que tange a correção atuarial. Sendo assim a PGM, está se manifestando junto ao TCE/MG, para justificar o não repasses e o IMPAS encaminhou documentos que abordam a questão como relatórios e minutas necessárias para parcelamento e alteração da legislação. Helenice, encaminhou diretamente ao TCE, toda a documentação que comprova a cobrança de débitos e solicitação de reuniões para apresentar e discutir com o Executivo, tanto na gestão anterior quanto a gestão atual, a situação, necessidades e sucesso do Instituto, fazendo assim sua própria apresentação dos fatos. A reunião do Comitê de investimentos terminou com o agradecimento geral de todos. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que, após leitura, se aprovada, será assinada por todos os membros presentes.

Santa Luzia, 21 de maio de 2026.